



COMPROVANTE DE RECEBIMENTO DO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021 – CCL/PMB

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 738/2021

Objeto: Aquisição de alimentos perecíveis e não perecíveis.

Visando comunicação futura entre esta CCL e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do edital e remeter à **Comissão Central de Licitação - CCL**, através do e-mail: **ccl@barreirinhas.ma.gov.br** ou via protocolo na Sede da Prefeitura. A não remessa do recibo exime a **Pregoeira** e a **Comissão Central de Licitação - CCL** de comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

PESSOA JURÍDICA:	
ENDEREÇO:	
CNPJ:	
TELEFONE(S):	
FAX:	E-MAIL:
PESSOA DE CONTATO:	
CELULAR:	
TELEFONE/FAX:	

Obs.: Preenchimento com “letra de forma”.

Recebi da **Comissão Central de Licitação - CCL**, cópia do Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021-CCL/PMB**, cujos envelopes de **PROPOSTA DE PREÇOS** e **HABILITAÇÃO** serão recebidos pela Pregoeira no **dia 01 de julho de 2021** às **09h00min** conforme endereço indicado no edital.

Barreirinhas/MA, _____ de _____ de 2021.

Assinatura do Responsável



PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021 – CCL/PMB

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI / ME / EPP

**LICITAÇÃO COM BENEFÍCIO LOCAL OU REGIONAL PARA AS MEI
/ ME / EPP SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS/MA.**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 738/2021

OBJETO: Aquisição de alimentos perecíveis e não perecíveis.

ORGÃO LICITANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS-
MA.

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -
SEMAS.

ENDEREÇO: Avenida Joaquim Soeiro de Carvalho, s/n, Centro –
Barreirinhas/MA.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 01/07/2021.

HORÁRIO: 09h00min.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Auditório da Secretaria de Municipal de
Turismo, na Av. Rodoviária, s/n, Bairro Boa Fé - Barreirinhas/MA.

Pregoeiro(a): Áquilas Conceição Martins

Equipe de Apoio: Evaldo Aguiar Costa e Romário Silva Costa

Autoridade Competente: Secretário(a) Municipal de Assistência Social



PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021 – CCL/PMB

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 738/2021

JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL

É sabido que com o advento da Lei nº 10.520/02, que institui a modalidade pregão, e do novo Decreto nº 10.024/19, que revoga e atualiza as diretrizes para utilização do pregão eletrônico, é dever do gestor utilizar os regramentos supracitados na aquisição de bens, serviços comuns de engenharia.

Por sua vez, com a publicação do Decreto nº 10.024/19, entende-se que se iniciou uma atualização das normas e procedimentos realizados na forma eletrônica, com o objetivo de garantir maior competitividade, eficiência, transparência e grande economia de recursos e de tempo na aquisição de bens e serviços.

Insta ressaltar que a essência das duas formas é praticamente a mesma, divergindo, no entanto, em determinados procedimentos específicos, bem como a inexistência de presença física dos licitantes e pregoeiros, considerando que todo o procedimento é realizado na internet.

Sobre a utilização do pregão presencial, cita-se o Acórdão TCU nº 2.789/2013 – Plenário. Vejamos:

1. A adoção do pregão presencial sem estar justificada e comprovada a inviabilidade na utilização da forma eletrônica, não acarreta, por si só, a nulidade do procedimento licitatório, desde que constatado o atendimento ao interesse público consubstanciado na verificação de competitividade no certame com a consequente obtenção do preço mais vantajoso.

(...)

(i) a obrigatoriedade, a priori, da utilização da forma eletrônica ‘fundada tão somente no decreto presidencial e não na lei, não tem o condão, por si só, de acarretar a nulidade do procedimento licitatório, quando verificado o atendimento ao interesse público por meio do pregão presencial, consubstanciado na verificação de competitividade no certame com a consequente obtenção do preço mais vantajoso para a Administração’; e (ii) ‘a forma será inafastável somente quando restarem violados os princípios que se pretende verem garantidos por meio da licitação’.

No processo em referência a utilização do pregão eletrônico não é obrigatório para o município, pois os recursos que financiarão a despesa não são decorrentes de transferências voluntárias (convênios e contratos de repasse) da União, mas sim, provenientes de arrecadação e transferências constitucionais.



PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021 – CCL/PMB

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 738/2021

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS – MA**, inscrita no CNPJ sob nº 06.217.954/0001-37, sediada na Av. Joaquim Soeiro, s/n, Bairro do Centro – Barreirinhas – Maranhão, por intermédio de sua Pregoeira, designado pela **Portaria nº 398/2021, de 30/04/2021, publicada no DOM em 30/04/2021**, torna público que no dia **01 de julho de 2021 às 09h00min**, no **Auditório da Secretaria de Municipal de Educação, na Av. Rodoviária, s/n, Bairro Boa Fé - Barreirinhas/MA**, realizará Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, com critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

A licitação reger-se-á pelas disposições do **Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002**, do **Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000**, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 023/2021**, do **Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015**, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 021/2021**, da **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006** e suas alterações, aplicando subsidiariamente a **Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993** e suas alterações.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro, em contrário.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a **Aquisição de alimentos perecíveis e não perecíveis**, conforme constante neste edital e seus anexos;

1.2. O valor total estimado ou valor máximo para a contratação do objeto é de **R\$ 233.439,40 (duzentos e trinta e três mil, quatrocentos e trinta e nove reais e quarenta centavos)**.

1.3. A despesa com a presente contratação correrá por conta das **dotações orçamentárias** de acordo com a seguintes classificações:

Órgão: Poder Executivo

Unidade: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Dotação: 08.243.0012.2108.0000 3.3.90.30.00 Material De Consumo

Órgão: Poder Executivo

Unidade: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Dotação: :04.243.0012.2101.0000 3.3.90.30.00 Material De Consumo

Órgão: Poder Executivo

Unidade: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Dotação: : :08.244.0012.2113.0000 3.3.90.30.00 Material De Consumo

2. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS



2.1. Os licitantes devem ater-se à fiel observância dos procedimentos estabelecidos neste Edital, podendo qualquer interessado acompanhar seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

2.2. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato, independentemente de sua transcrição.

2.3. Os envelopes de Proposta de Preços e Documentação de Habilitação serão recebidos pelo **Pregoeiro** e sua **Equipe de Apoio**, em envelopes separados, devidamente lacrados e identificados na parte externa na forma definida neste Edital.

2.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro, em contrário.

2.5. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas e os documentos de habilitação.

2.6. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade, a celeridade do procedimento e a segurança da contratação.

2.7. Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na página **www.barreirinhas.ma.gov.br** ou na CCL, situada na **Av. Joaquim Soeiro, s/n, Bairro do Centro – Barreirinhas – Maranhão, de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00min as 12h00min**, onde poderão ser consultados gratuitamente.

2.7.1. As eventuais alterações e esclarecimentos aos termos do Edital serão disponibilizados na página **www.barreirinhas.ma.gov.br** e na sede da Prefeitura.

2.7.2. Ao adquirir o Edital, o interessado deverá estar ciente da necessidade de acompanhamento, na página **www.barreirinhas.ma.gov.br** de eventuais notificações e comunicações.

2.8. Ao adquirir cópia do Edital, o interessado deverá cadastrar o nome da empresa, nº CNPJ, endereço em que receberá notificação, fone, fax, e-mail e celular, se houver, nome do responsável da empresa, e ainda comunicar qualquer mudança posterior, sob pena de reputar-se válida a notificação encaminhada ao endereço fornecido.

2.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Prefeitura.

2.10. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da **Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001**, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

2.11. **É facultado ao Pregoeiro(a):**



- a) É facultada ao Pregoeiro ou Autoridade Competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente no envelope contendo a proposta ou envelope contendo a documentação, salvo os documentos ou informações de caráter elucidativo ou esclarecedores dos constantes do processo.
- b) No julgamento da Proposta e da Documentação de Habilitação sanar erros ou falhas que não alterem a substância da Proposta, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados.
- c) Relevar omissões puramente formais observadas na Documentação e na Proposta, desde que não contrariem a legislação e não comprometam a lisura da licitação.
- d) Negociar em qualquer momento da Licitação os preços e condições da Proposta, visando aumentar as vantagens em favor da Administração, não podendo, porém, alterar o objeto ou condições de classificação e habilitação.
- e) Controlar o uso de celulares, pagers e outros meios de comunicação dos licitantes presentes na sessão.
- f) Se julgar conveniente, reabrir a fase de lances com os proponentes colocados em 2º e 3º lugares, caso não seja vencedor o proponente de menor preço.
- g) Delegar aos membros da Equipe de Apoio atribuições pertinentes ao processo.
- h) Suspender os trabalhos das Sessões Públicas para análise de documentos, diligências e julgamento das propostas.
- i) Adiar a Sessão Pública de abertura do certame por razões administrativas e ainda modificar o Edital, hipótese em que deverá proceder a divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da Proposta.
- j) Em qualquer fase da licitação, adiar sessões, assim como suspender os trabalhos, devendo promover o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos trabalhos em Ata circunstanciada da Sessão.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que tenham ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam a todas as exigências quanto à documentação e requisitos de classificação das propostas, constantes deste Edital e seus Anexos.

3.2. São destinados à participação **EXCLUSIVA** de **MEI / ME / EPP**, as empresas que demonstrem esta condição nos termos do **subitem 4.2, alínea “d”**, deste edital:

- a) Os itens ou lotes do **Anexo II** com a redação “**Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021**”;
- b) Os itens ou lotes do **Anexo II** com a redação “**Cota Reservada para MEI / ME / EPP, conforme art. 8º da Decreto Municipal nº 21/2021**”;



3.3. Os itens ou lotes do **Anexo II** com a redação “**Cota Principal ou de Ampla Participação**”, serão destinados à **ampla concorrência**, para qualquer tipo de empresa seja ela **MEI / ME / EPP** ou não.

3.4. Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação, empresas:

- a) que se encontrem em processo de dissolução, fusão, cisão ou incorporação;
- b) em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, e empresas controladas, coligadas, interligadas ou subsidiárias entre si;
- c) que se apresentem na qualidade de subcontratadas;
- d) que tenham sócios, gerentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores públicos do Estado do Maranhão;
- e) suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração, conforme art. 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993, durante o prazo da sanção aplicada;
- f) impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, durante o prazo da sanção aplicada;
- g) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- h) estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;
- i) integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- j) enquadradas nas demais vedações estabelecidas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.

3.5. Em atenção ao surto da pandemia da COVID 19 e objetivando a segurança de todos os envolvidos no procedimento licitatório, os licitantes deverão utilizar mascarar e higienizar as mãos com álcool em gel sempre que compartilharem objetos. O uso de máscaras é obrigatório, desde a entrada do licitante no local onde será realizada a licitação até a sua saída, bem como durante todo o período da Sessão Pública.

3.5.1. A Comissão se reserva no direito de, no dia da Sessão Pública, reduzir o número de assentos no auditório, de modo que os licitantes fiquem distantes uns dos outros; realizar a sessão em área arejada; exigir a higienização dos objetos compartilhados; solicitar a retirada de pessoas com sintomas suspeitos da Covid 19 e outras medidas pertinentes.

3.5.2. Recomenda-se que pessoas do grupo de risco e/ou com sintomas da COVID 19 não participem da Sessão Pública.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. A Licitante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, com apenas um Representante Legal, ou através de Procurador regularmente constituído, que devidamente



identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

4.1.1. Os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original ou cópia previamente autenticada por cartório competente ou por servidor da CCL, ou por publicação em órgão da Imprensa Oficial.

a) No caso de autenticação através da CCL/PMB, somente serão aceitos os documentos originais para fins de comprovação da autenticidade das cópias¹.

4.2. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos, em separado dos envelopes n°s **01 – Proposta de Preços** e **02 – Documentos de Habilitação**:

a) **tratando-se de representante legal** (sócio, proprietário, dirigente ou assemblado): **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, com todas as suas eventuais alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão competente, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, os documentos acima mencionados deverão estar acompanhado da comprovação de eleição de seus administradores, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) **tratando-se de procurador: instrumento de procuração, público ou particular, ou Carta Credencial (Anexo III)**, no qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes a este Pregão;

b.1) procuração por instrumento particular e **Carta Credencial (Anexo III)** deverão estar acompanhadas de cópia do documento que comprove os poderes do mandante para a outorga, dentre os indicados na alínea "a";

b.2) instrumento de procuração, público ou particular, ou **Carta Credencial (Anexo III)** deverão, obrigatoriamente, sob pena de não ser aceito o credenciamento, ser firmados por tantos responsáveis pela empresa, quantos estabeleça o contrato social ou estatuto de constituição, com permissão para outorgar poderes no que tange a sua representatividade.

c) **Cópia da Cédula de Identidade** ou outro **documento oficial que contenha foto do representante** (legal ou procurador) da empresa interessada.

d) **Declaração** do licitante de que este se enquadra como **microempreendedor individual, microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada**, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, conforme modelo no **Anexo VIII**;

e) **Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação**, no modelo do **Anexo IV** deste Edital;

4.3. A não apresentação ou a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá a licitante de participar da fase de lances, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor recurso, enfim, de representar a licitante durante a sessão pública do Pregão.

a) Na ausência do credenciamento, serão mantidos os valores apresentados na proposta escrita,

¹ Acórdão 801/2004 - Plenário TCU



para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

4.4. Após o credenciamento, será declarada a abertura da sessão e não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

4.5. Não será admitida a participação de dois representantes para a mesma empresa, bem como de um mesmo representante para mais de uma empresa.

4.6. Os documentos de credenciamento serão conferidos pelo Pregoeiro, a cada Sessão Pública realizada, sendo possível o credenciamento de novo representante.

4.7. Encerrado o credenciamento e iniciada a abertura do primeiro envelope de propostas de preços, o ingresso de licitantes ao recinto será permitido apenas ao interessado assistir a sessão, sem perturbar os trabalhos, não sendo mais admitidos, a partir desse momento, novas propostas/licitantes.

4.8. Falta de credenciamento impossibilita o representante de praticar atos concernentes à licitação em nome da empresa licitante e, no caso específico de pregão presencial, de participar da etapa de lances verbais, mas não de participar das sessões públicas de abertura dos envelopes.

4.9. A não apresentação da **Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação (Anexo IV)** impossibilitará o representante de praticar atos concernentes à licitação em nome da empresa licitante e, no caso específico de pregão presencial, de participar da etapa de lances verbais, mas não de participar das sessões públicas de abertura dos envelopes.

5. DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

5.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório, protocolizando o pedido até **2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas**, diretamente, na Protocolo da Prefeitura ou enviados por e-mail ccl@barreirinhas.ma.gov.br, em dias úteis e em horários de expediente, das 08h00min às 12h00min.

5.2. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor requisitante, responder o pedido de esclarecimento e decidir sobre a impugnação no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas a partir do seu recebimento**.

5.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame;

5.4. Os prazos para impugnação do Edital e pedido de esclarecimento determinados neste Edital são decadenciais, portanto se formulados fora dos prazos estabelecidos serão considerados intempestivos.

5.5. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

5.6. As eventuais alterações aos termos do Edital serão disponibilizados na página www.barreirinhas.ma.gov.br e na sede da Prefeitura.

5.6.1. Ao acessar o Edital no site da Prefeitura, o interessado estará ciente da necessidade de acompanhamento, na página www.barreirinhas.ma.gov.br, de eventuais alterações, notificações e comunicações.



5.6.2. A CCL notificará somente os interessados que informaram a retirada do Edital na sede da Prefeitura ou via e-mail.

5.7. O Pregoeiro para resposta às impugnações formuladas ou aos pedidos de esclarecimentos recebidos poderá auxiliar-se do apoio do setor responsável pela elaboração do Termo de Referência e ainda pela Assessoria Jurídica da **Prefeitura**.

5.7.1. Se a resposta à impugnação não ocorrer no prazo estabelecido à **Prefeitura** poderá na sessão já designada para abertura do certame declarar seu adiamento até ulterior deliberação cuja nova data para a realização do certame, será divulgada pelo mesmo instrumento em que se deu aquela do texto original.

5.7.2. Havendo qualquer modificação no Edital decorrente de acolhimento de Impugnação ou não, que afete substancialmente a formulação das Propostas a sessão de abertura do certame será suspensa e designada nova data para a realização do certame, com fixação do prazo igual ao inicialmente estabelecido.

5.8. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre interessados e o Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e demais servidores da **CCL**.

6. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1. A **Proposta de Preços** e os **Documentos de Habilitação** deverão ser apresentados no local, dia e hora acima mencionados, em **02 (dois)** envelopes opacos, distintos, devidamente fechados e rubricados no fecho e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

**ENVELOPE N.º 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 015/2021 – CCL/PMB
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO PROPONENTE**

**ENVELOPE N.º 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 015/2021 – CCL/PMB
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO PROPONENTE**

6.2. Não será admitida a entrega de apenas um envelope.

6.3. Não serão consideradas propostas apresentadas por **fac-símile** e **internet**.

6.4. Após a entrega dos envelopes, aquele indicado como “**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**” será rubricado pelo Pregoeiro, equipe de apoio e representantes credenciados das licitantes.

6.5. Os envelopes deverão conter, obrigatoriamente, a documentação **em original ou cópia previamente autenticada** por cartório competente ou por servidor da **CCL**, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.5.1. No caso de autenticação através da CCL/PMB, somente serão aceitos os **documentos originais** para fins de comprovação da autenticidade das cópias².

² Acórdão 801/2004 - Plenário TCU



6.5.2. Na hipótese de o interessado pretender servir-se da autenticação por servidor da CCL, esta ficará à disposição dos interessados no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, em dias úteis, das **8h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min**, até o dia anterior à Sessão de abertura da licitação, sendo aceitos somente documentos e cópias legíveis e cujas informações não estejam rasuradas.

6.6. Os documentos extraídos via internet somente serão considerados válidos após a confirmação da autenticidade através do site do órgão emitente.

6.7. Solicita-se aos licitantes que apresentem sua proposta de preços e documentos de habilitação na ordem estabelecida no edital para facilitar a análise do Pregoeiro;

6.8. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder da **Comissão de Licitação** pelo **prazo de 90 (noventa) dias**, a contar da **homologação da licitação**, devendo a licitante retirá-lo após aquele período, no **prazo de 05 (cinco) dias**, sob pena de inutilização do mesmo.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em **01 (uma) via**, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente, com o seguinte conteúdo, de **apresentação obrigatória**:

a) **Número do Pregão, razão social do proponente**, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como dados bancários tais como: nome e número do Banco, agência e conta corrente para fins de pagamento;

b) **Nome completo do responsável** pela assinatura do contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;

c) **Descrição detalhada do objeto** da presente licitação, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e Modelo de Proposta de Preços (**Anexo I e Anexo II**), com a indicação da **unidade de fornecimento e quantidade**, para todos os itens;

d) **Proposta de preços** com indicação do preço unitário e total de cada item, em algarismo e total da proposta, em algarismo e por extenso, em Real (R\$), **com no máximo 02 (dois) algarismos após a vírgula**, sendo considerados fixo e irredutível, já incluídos os lucros e todas as despesas incidentes, essenciais para a entrega dos materiais objeto deste Pregão;

e) **Prazo de validade da proposta**: não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da abertura da sessão pública;

f) **Local de Entrega**: Os produtos requeridos deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, localizada na Av. do Carnaubal, s/nº, Carnaubal, nesta cidade, de forma parcelada.

g) **Prazo de Entrega**: Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até **72 horas**, a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento pela CONTRATADA.

h) **Declaração Consolidada**, conforme **Anexo VII**;



7.2. Nos preços ofertados deverão já estar considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Pregão.

7.2.1. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento a Prefeitura, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Prefeitura.

7.2.2. Quaisquer tributos, despesas e custos omitidos ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, ainda que não tenham causado a desclassificação da proposta por preço inexequível. Nestes casos, a Administração não deferirá pedidos de acréscimo, devendo a licitante vencedora prestar os serviços sem ônus adicionais.

7.3. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta escrita, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer item que importe modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais, alterações essas que serão avaliadas pelo Pregoeiro.

7.4. A simples irregularidade formal, que evidencie lapso isento de má-fé, e que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta não será causa de desclassificação.

7.4.1. O Pregoeiro poderá corrigir quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, com base no valor unitário ou em dado predominante da proposta que permita inferir a informação correta.

7.5. A cotação e os lances verbais apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão da exclusiva e da total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

7.6. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

7.7. Não se admitirá proposta que apresentar preços global ou unitário, simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.8. Não se admitirá proposta que apresentar alternativa de preços.

7.9. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis.

7.10. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fatos supervenientes e aceitos pelo Pregoeiro.

7.10.1 Não será possível desistir da oferta/proposta (**Acórdão TCU nº 3.261/2014 – Plenário**);

7.11. A licitante que não mantiver sua Proposta ficará sujeita às penalidades estabelecidas no **item 17** deste Edital.

7.12. Caso a convocação para contratação não seja emitida dentro do período de validade da proposta, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos, sendo que a Administração poderá solicitar a prorrogação do prazo de validade por mais **90 (noventa) dias consecutivos**.



8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos devem ser apresentados em nome do licitante, com o número do CNPJ e endereço respectivos observado o seguinte:

- a) Se o licitante for MATRIZ, todos os documentos devem estar em nome da MATRIZ;
- b) Se o licitante for FILIAL, todos os documentos devem estar em nome da FILIAL;

b.1) Na hipótese de FILIAL, será aceita a apresentação de documentos que, pela própria natureza, comprovadamente são emitidos em nome da MATRIZ.

8.1.1. Serão aceitas como prova de regularidade emitida pelos órgãos competentes as **certidões negativas e as certidões positivas com efeitos de negativa**.

8.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica / TCU disponível em (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>). A consulta consolidada inclui a Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do TCU, Consulta do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ e Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

8.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em **nome da empresa licitante** e também de seu **sócio majoritário**, por força do **art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992**, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.3. Da Habilitação Jurídica:

- a) **Cédula de Identidade** ou CNH do sócio administrador e/ou do empresário individual;
- b) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- d) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta



Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

e) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

f) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

g) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

h) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

i) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

j) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

k) No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

l) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) **Prova de Inscrição** no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de **certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à **Seguridade Social / INSS**, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) **Prova de situação regular** perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através de apresentação do **CRF - Certificado de Regularidade do FGTS**;

d) **Prova de inexistência de débitos** inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**;

e) **Prova de inscrição no cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;



f) **Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante a:

f.1) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, e;

f.2) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa;

f.3) Quando a prova de regularidade de que trata a **alínea “f”** for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, deverá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição, observada o disposto no **subitem 8.8** do edital.

g) **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, relativa ao ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e relativa à TLF – Taxa de Localização e Funcionamento, mediante a:

g.1) Certidão Negativa de Débitos Municipais;

g.2) Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa Municipal;

g.3) Quando a prova de regularidade de que trata a **alínea “g”** for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, deverá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição, observada o disposto no **subitem 8.8** do edital.

8.5. Da Qualificação Econômico-Financeira:

8.5.1. **Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não excedente a **60 (sessenta) dias** de antecedência da data de apresentação da documentação de habilitação, quando não estiver expresso o prazo de validade.

a) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi homologado judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.5.2. **Balanco Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração do Resultado do Exercício – DRE)** do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, comprovando a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

a) As **empresas obrigadas** à elaboração das Demonstrações Contábeis por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD, nos termos da IN RFB vigente, terão que apresentar, até o último dia útil do mês de maio, as Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício (2019) encerrado, após esta data é obrigatória a apresentação das Demonstrações Contábeis do último exercício (2020) encerrado;

b) As **empresas não obrigadas** à elaboração das Demonstrações Contábeis por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD terão que apresentar, até 30 de abril, as Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício (2019) encerrado, após esta data é obrigatória a apresentação



das Demonstrações Contábeis do último exercício (2020) encerrado.

c) As Demonstrações Contábeis devem ser referentes a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresas constituídas no exercício em curso;

d) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

e) Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado.;

f) A comprovação de boa situação financeira da empresa licitante será demonstrada através de índice financeiro utilizando-se as fórmulas abaixo, cujos resultados deverão estar de acordo com os valores estabelecidos:

$$ISG = \frac{Ativo\ Total}{Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ Longo\ Prazo} \geq 1,00$$

$$ILG = \frac{Ativo\ Circulante + Realizável\ a\ Longo\ Prazo}{Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ Longo\ Prazo} \geq 1,00$$

$$ILC = \frac{Ativo\ Circulante}{Passivo\ Circulante} \geq 1,00$$

f.1) As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, **Capital Social** e/ou **Patrimônio Líquido** no valor mínimo de **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

g) Nas licitações destinadas a participação exclusiva (itens ou lotes exclusivos ou cotas reservadas) de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, não será exigida apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, para fins de habilitação, **conforme art. 3º do Decreto Municipal nº 021/2021.**

8.5.2.1. As **Demonstrações Contábeis** deverão ser “apresentadas na forma da Lei”, nas seguintes situações e condições, de acordo com a legislação aplicável, natureza jurídica da licitante e regime tributário, a cada caso, e previsto neste instrumento convocatório, devendo observar e apresentar, nos termos conforme a seguir:

a) Publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, ou outro jornal de grande circulação da sede ou domicílio do licitante, conforme art. 289 da Lei Federal nº 6.404/1976, ou;

b) Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, e;

c) Registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio do licitante para as **sociedades simples** ou;

d) Na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital – SPED, instituído pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

Avenida Joaquim Soeiro de Carvalho, S/N, bairro Centro, Barreirinhas-MA, Cep. nº 65.590-000.



8.6. Da Habilitação Técnica:

8.6.1. **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu ou fornece produtos/materiais compatíveis com o objeto deste Pregão. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do eminente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;

a) O Pregoeiro poderá realizar diligências para comprovar a veracidade do(s) atestado(s) apresentado(s), podendo requisitar cópias dos respectivos contratos, notas fiscais ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado

8.6.2. **Declaração** sob as penas da lei que realizará a entrega ou fornecimento obedecendo as normas Sanitárias, de Medicina e Segurança do Trabalho, e ainda, que assume, sob as penas da Lei, toda responsabilidade por eventuais prejuízos que causar a Contratante e/ou a terceiros, sem ônus para o Contratante.

8.7. Outros Documentos.

a) **Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal** (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos), conforme modelo no **Anexo V**;

b) Declaração de **Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação**, conforme **Anexo VI**;

8.8. É de exclusiva responsabilidade das licitantes a juntada de todos os documentos necessários à habilitação.

8.9. A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos do processo administrativo e não será devolvida à licitante.

8.10. As declarações e outros documentos julgados necessários à habilitação, produzidos pela própria licitante, deverão conter data, identificação e assinatura do titular da empresa ou do seu representante legal.

8.11. Serão aceitas somente cópias legíveis.

8.12. O Pregoeiro se reserva ao direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

8.13. Para facilitar o trabalho de análise dos documentos pelo Pregoeiro, solicitam-se as licitantes que apresentem toda a documentação na ordem estabelecida no edital.

9. DO PROCEDIMENTO

9.1. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, após credenciamento realizado conforme **item 4** deste Edital, não serão mais admitidos novos proponentes.



9.2. As licitantes deverão entregar os Envelopes nº 1 e nº 2, sendo que o Envelope contendo os Documentos de Habilitação serão rubricados pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e os representantes credenciados das licitantes.

9.3. Após o ordenamento das propostas na ordem crescente de preços e a **verificação sumária de sua conformidade**, serão selecionados para a fase de lances as licitantes que tenham apresentado propostas em valores superiores em até **10% (dez por cento)**, relativamente à de menor preço.

9.4. Quando não forem identificadas, no mínimo, **03 (três) propostas** escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), colocadas em ordem **decrecente**, quaisquer que sejam os valores ofertados nas propostas escritas.

9.5. Havendo empate entre duas ou mais propostas escritas e proclamadas aptas à fase lance, serão selecionadas todas as licitantes que tenham ofertado o mesmo preço, realizando-se sorteio para definir a ordem de apresentação dos lances.

9.5.1. A licitante sorteada em primeiro lugar escolherá a posição na ordenação de lances em relação às demais empatadas, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

9.6. Verificando-se divergência entre os valores numéricos e os por extenso, predominarão os últimos, independentemente de consulta à licitante.

9.7. Será dada oportunidade às licitantes selecionados, conforme itens anteriores, para, individualmente e de forma sequencial, apresentarem lances verbais, de forma sucessiva, em valores distintos e **decrecentes**, a começar pela licitante detentora da proposta de maior preço e as demais, em ordem decrescente de valor, para a escolha da proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**

9.8. A licitante deverá oferecer somente lance inferior ao último por ela ofertado.

9.8.1. Com um lance superior ao menor já ofertado por outra participante (lance intermediário), a licitante se retira automaticamente da sequência da fase de lances, sem prejuízo do disposto no **item 9.13**.

9.9. Não serão aceitos lances de igual valor, prevalecendo aquele que for recebido primeiro.

9.10. A desistência em apresentar lance, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão imediata da licitante da sequência da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

9.11. Não poderá haver desistência dos lances ofertados.

9.12. Após a fase de lances, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**

9.12.1. A fase de lances se encerra quando, restando apenas duas licitantes, uma declina do seu direito a lance.

9.13. Encerrada a etapa competitiva, as propostas de **MEI / ME / EPP** que se encontrarem na faixa até **5% (cinco por cento)** acima do menor preço serão consideradas empatadas com a primeira



colocada, devendo estas proponentes ser convocadas na ordem de classificação, uma na falta da outra, para fazer uma única e última oferta, inferior a da primeira colocada, visando o desempate.

9.13.1. Aplica-se o disposto neste item somente no caso da proposta inicialmente mais bem classificada não ter sido apresentada por **MEI / ME / EPP**.

9.14. Será aplicado o **Benefício Local ou Regional** nesta licitação nos itens ou lotes enquadradas na forma do subitem 3.2, alínea “a” e “b” deste edital.

9.14.1. Será concedida, com o objetivo de “**promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional**”, prioridade de contratação de MEI / ME / EPP sediadas no **município de Barreirinhas/MA**, até o limite de **10 (dez) por cento do melhor preço válido**, nos seguintes termos:

a) aplica-se o disposto **item anterior (106)** nas situações em que as ofertas apresentadas pelas MEI / ME / EPP sediadas no **município de Barreirinhas/MA** sejam iguais ou até **(10) dez por cento superiores ao menor preço**;

b) A(s) MEI / ME / EPP sediada(s) no **município de Barreirinhas/MA** melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

c) na hipótese da não contratação da(s) MEI / ME / EPP sediadas no **município de Barreirinhas/MA** com base na alínea “b”, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea “a”, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEI / ME / EPP sediadas no **município de Barreirinhas/MA**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

9.15. Não havendo vencedor das **cotas reservadas** para **MEI / ME / EPP**, a que se refere o **item 3.2**, alínea “b”, do edital, estas poderão ser adjudicadas ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, segundo a ordem de classificação, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

9.16. Se uma mesma empresa vencer a **cota reservada** e a **cota principal**, a contratação das cotas dar-se-á pelo menor preço obtido entre as cotas.

9.17. Sendo aceitável a proposta de menor preço, o Pregoeiro procederá à **abertura do envelope nº 02** contendo a documentação da licitante classificada em primeiro lugar, para verificar suas condições habilitatórias, consoante às exigências deste Edital.

9.18. As **MEI / ME / EPP** deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.18.1. **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



9.18.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará na decadência do direito de não ser preterido na hipótese de contratação administrativa, sem prejuízo da sanção prevista. Neste caso, será facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, ocasião em que será assegurado o exercício do direito de preferência às demais **MEI / ME / EPP**, cujas Propostas estiverem no intervalo de empate previsto no **item 9.13**.

9.18.3. Na hipótese da não contratação de **MEI / ME / EPP**, o objeto licitado poderá ser registrado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

9.19. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, observado o disposto no **item 9.13** deste edital, e procedendo à habilitação da proponente, na **ordem de classificação**, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

9.20. Quando todas as propostas forem desclassificadas ou todas as licitantes inabilitadas, o Pregoeiro poderá conceder o prazo de **8 (oito) dias úteis** para a apresentação de outras propostas escoimadas dos vícios que ensejaram a decisão ou de nova documentação.

9.21. Caso tenha ocorrido lance/negociação, a proposta de preços, ajustada ao valor final, deverá ser protocolada na **Comissão Central de Licitação - CCL**, no prazo de **2 (dois) úteis**, contado da lavratura da ata ou convocação.

9.22. Se não houver interposição de recurso por parte das licitantes presentes, o Pregoeiro encaminhará a licitação para homologação, logo após a apresentação da Proposta de Preço indicada no **item 9.21**.

9.23. Se houver interposição de Recurso contra atos do Pregoeiro, a homologação dar-se-á após o julgamento do Recurso interposto e dado conhecimento do seu resultado.

9.24. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Contenham vícios insanáveis;
- b) Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
- c) Apresentem preços manifestamente inexequíveis;
- d) Após esgotada a fase de lances e de negociação, se encontrem acima do orçamento estimado pela Administração;
- e) Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Prefeitura;

9.25. Caso entenda que o preço é inexequível o Pregoeiro deverá, antes de desclassificar a oferta, estabelecer prazo de **2 (dois) dias úteis** para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço, através de:

- a) Planilha de Custos apresentando preço de custo dos serviços, preço de venda, margem de lucro, impostos (federais, estaduais e municipais incidente sobre a prestação dos serviços), bem como o detalhamento de todos os custos diretos e indiretos da empresa com base em seu regime de tributação (Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real) e;



b) documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da abertura da licitação.

9.26. A licitante que ofertar preço considerado inexequível pelo Pregoeiro e que não demonstre posteriormente sua exequibilidade se sujeita às penalidades administrativas pela não manutenção da proposta.

9.27. Confirmada a inexequibilidade o Pregoeiro poderá reabrir a licitação convocando sessão pública para dar continuidade ao certame.

9.28. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pelos componentes da Equipe de Apoio e pelos representantes presentes.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Encerrado o julgamento e declarado(s) o(s) vencedor(es), os licitantes poderão manifestar o interesse em recorrer, devendo a manifestação ser imediata expressa e motivada, sob pena de decadência do direito de recorrer, sendo registrado em Ata a síntese das suas razões de recorrer.

10.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão, importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto à(s) licitante(s) declarada(s) vencedora(s).

10.1.2. Manifestada a intenção de recorrer, por qualquer dos licitantes, será concedido o prazo de **3 (três) dias úteis** para a apresentação das razões do Recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na **Sala da CCL**, localizada na Av. Joaquim Soeiro, s/n, Bairro: Centro – Barreirinhas – Maranhão, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08h00min às 12h00min;

10.1.3. Se não reconsiderar sua decisão, o **Pregoeiro** submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração do(a) **Secretário(a) Municipal**, que proferirá decisão definitiva.

10.1.4. Após julgamento do Recurso, o objeto será **adjudicado e homologado** em favor do licitante vencedor.

10.1.5. O julgamento do Recurso será comunicado a todos os Recorrentes e demais licitantes, sendo ainda disponibilizado no site da Prefeitura “www.barreirinhas.ma.gov.br” para conhecimento de todos.

10.1.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto deste **Pregão** será adjudicado pelo **Pregoeiro**, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao **Secretário(a) Municipal**.

11.2. A homologação deste **Pregão** compete a(o) **Secretário(a) Municipal**;

11.3. O objeto deste **Pregão** será adjudicado às vencedoras dos respectivos itens e/ou lotes.



12. DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO

12.1. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulará por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado.

12.2. Não caberá qualquer indenização aos proponentes em caso de Nulidade e Revogação do processo licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato;

12.3. A Administração poderá ainda declarar extinto o processo licitatório quando exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente, assegurando-se aos interessados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Em decisão na qual não se evidencie lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. Homologado o resultado da licitação, a Administração convocará o licitante vencedor para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** para assinar o **Instrumento Contratual (Anexo IX)**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93 e no **item 18** deste edital.

13.1.1. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

13.1.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração;

13.1.3. O contrato deverá ser assinado por representante do licitante vencedor, devidamente habilitado;

13.2. O fornecedor e/ou prestador de serviços que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do Contrato, bem como a manter atualizada, durante a execução do Contrato, toda documentação de habilitação exigida na licitação.

13.3. A recusa injustificada do fornecedor e/ou prestador de serviços em assinar o Contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas no **item 18** deste Edital;

14. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14.1. O Contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.



15. DA REVISÃO DOS PREÇOS

15.1. Caberá revisão nos preços contratados para mais ou para menos, conforme o caso, quando quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados.

16. DO REAJUSTE DE PREÇOS

16.1. As regras de reajuste de preços estão estabelecidas no Termo de Referência e/ou Minuta de Contrato;

17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. As condições de pagamento estão previstas no **Termo de Referência (Anexo I)**, do presente Edital;

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Se a licitante vencedora, injustificadamente, recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou a assinar o instrumento contratual, a sessão poderá ser retomada e as demais licitantes chamadas na ordem crescente de preços para negociação, sujeitando-se o proponente desistente às seguintes penalidades:

- a) impedimento de licitar e contratar com o Município de Barreirinhas, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- b) multa de 20% (vinte por cento) do valor global da proposta, devidamente atualizada.

18.2. O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos materiais sujeitará a Contratada à aplicação das seguintes multas de mora:

- a) **0,33% (trinta e três centésimos por cento)** ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;
- b) **0,66% (sessenta e seis centésimos por cento)** ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso, a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

18.3. Além das multas aludidas no item anterior, a Contratante poderá aplicar as seguintes sanções à Contratada, garantida a prévia e ampla defesa, nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato:

- a) advertência escrita;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) declaração de inidoneidade para participar de licitação e assinar contratos com a Administração Pública, pelo prazo previsto na alínea anterior ou até que o contratado cumpra as condições de reabilitação;



d) impedimento para participar de licitação e assinar contratos com o Município de Barreirinhas pelo prazo de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Município por igual prazo.

18.4. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea “b”.

18.5. Caberá ao **Fiscal do Contrato**, designado pela CONTRATANTE propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

18.6. A Contratada estará sujeita à aplicação de sanções administrativas, dentre outras hipóteses legais, quando:

- a) prestar os serviços ou entregar os materiais em desconformidade com o especificado e aceito;
- b) não substituir, no prazo estipulado, o material recusado pela contratante;
- c) descumprir os prazos e condições previstas neste Pregão.

18.7. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela CONTRATANTE.

18.8. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

18.9. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.2. O resultado desta licitação será comunicado no mesmo dia do julgamento, se proferido no dia da abertura, ou mediante publicação no DOM.

19.3. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

- ANEXO I Termo de Referência;
- ANEXO II Modelo da Proposta de Preços;
- ANEXO III Modelo de Carta Credencial;
- ANEXO IV Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;



- ANEXO V** Modelo de Declaração de Cumprimento do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988;
- ANEXO VI** Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;
- ANEXO VII** Modelo de Declaração de Consolidada;
- ANEXO VIII** Modelo de Declaração de Enquadramento de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa;
- ANEXO IX** Minuta de Contrato.

Barreirinhas (MA), 15 de junho de 2021.

Célia Maria Brandão Salazar Soares
Secretária Municipal de Assistência Social



PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021-CCL/PMB

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 738/2021

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. A presente demanda trata-se da **Aquisição de alimentos perecíveis e não perecíveis** para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS e seus Anexos Institucionais, com a finalidade da solidificação dos Direitos Humanos consagrados pela Constituição Federal de 1988 e garantidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem, exarada pela Organização das Nações Unidas, bem como o cumprimento do Lei Orgânica do Município de Barreirinhas/MA, onde assevera-se que a Administração Pública Barreirinhense orienta-se na perspectiva do desenvolvimento e redução da desigualdades sociais.

2. DA JUSTIFICATIVA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS é um Órgão que possui muitas atribuições, entre elas a de assistência às crianças e aos adolescentes que sofrem violência sexual, física ou psicológicas, bem como proteger os quilombolas, os LGBT, os ribeirinhos, os pobres, os miseráveis, enfim, todos aqueles que estão vulneráveis dentro deste sistema capitalista opressor que impera na sociedade nacional e na comunidade nativa de Barreirinhas/MA.

Nesse ínterim, é elementar que a SEMAS possua materiais, desde os comestíveis (arroz, feijão, biscoito, leite, etc...) ao não alimentícios (fraudas descartáveis, água mineral, botijão de gás, entre outros), a fim de proporcionar aos munícipes que buscam amparo nesta Pasta para resolver suas questões de necessidades humanas, pois, segundo o artigo de nº 1, da Constituição Federal Brasileira, o Poder Executivo é fundamentado com o princípio da “dignidade da pessoa humana”, isto é, todos os brasileiros devem ser tratados com igualdade e assistência concreta, mediante políticas de ações afirmativas, as quais buscam o bem-estar do ser humano, independentemente, de etnia, gênero, orientação sexual, religião, condição financeira ou idade, visto que todos os brasileiros, assim como os estrangeiros, têm direito à vida, à segurança, à igualdade dentro do Estado Democrático de Direito.

Ainda, aduz-se que todo *Homo sapiens* é protegido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, exarada pela Organização das Nações Unidas – ONU, em 1948, na qual o Brasil é coautor, onde neste documento é explícito que o homem tem direito a ser socorrido em seus momentos de dores, aflições e violação de direitos, porquanto, a ausência de políticas públicas à humanidade não deve fazer parte mais das nações que compõem o Globo Terrestre, e nesse azo, esta República Federativa do Brasil deve solidificar a *prima ratio* do que reverbera Normativa Internacional supramencionada, haja que ela impera como Lei nesta Nação.

Por fim, vale destacar que de acordo com a Lei Orgânica do Município em tela, em seu artigo 5º, assevera que a Administração Pública Barreirinhense orienta-se na perspectiva do



desenvolvimento e redução da desigualdades sociais, uma vez que os cidadãos desta Jurisdição são dignos de serem tratados como residentes próprios de direitos, o que aumenta a responsabilidade desta Municipalidade em oportunizar aos homens e as mulheres prejudicados por seus alagoes o princípio da valorização do gênero humano e sua proeminência como ser vivo deste *habitat* local.

Ex expositis, nota-se que é relevante que a SEMAS adquira os objetos mencionados nos anexos, dado que esta Instituição deve fomentar e abastecer sua sede e seus departamentos congêneres (CASA ABRIGO, RESIDENCIA INCLUSIVA, CRAS 1, CRAS 2, CRAES, NÚCLEOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIEMNT0 DE VÍNCULOS, PBF E ÓRGÃO GESTOR) com alimentos, condimentos, água mineral e materiais de limpeza e higiene, porque, diariamente, muitos cidadãos vêm se amparar nesta Secretaria, com o propósito de serem ajudados e acolhido em suas *post miseriam*, e estes, geralmente, devem ser recolhidos em prédios próprios para serem protegidos, sob tutela do Governo Local, ou, simplesmente, receberem uma ajuda alimentar ou complementar por parte do Poder Público Municipal.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. Os objetos a serem comprados devem possuir as seguintes especificidades técnicas e quantitativas, com o propósito de atender a esta solicitação, quais sejam:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.
1	ARROZ BRANCO, TIPO 1, GRUPO: BENEFICIADO, SUBGRUPO: POLIDO, 1 KL	FARDO	60
2	ARROZ INTEGRAL, LONGO FINO - TIPO 1, GRUPO: BENEFICIADO, 1 KL	FARDO	60
3	FEIJÃO BRANCO, GRUPO 1, TIPO 1, 1 KG	FARDO	30
4	FEIJÃO PRETO COMUM, TIPO 1, GRUPO 1, 1KG	FARDO	30
5	ÁÇUCAR CRISTAL, TIPO BRANCO, 1KG	FARDO	50
6	ADOCANTE SUCRALOSE LIQUIDO, 100 ML	CAIXA	40
7	LEITE EM PÓ INTEGRAL, 400 G.	FARDO	80
8	LEITE LIQUIDO, LONGA VIDA, INTEGRAL, 1 L.	CAIXA	80
9	LEITE EM PÓ "NINHO", INTEGRAL, 400 G OU SIMILAR	CAIXA	60
10	CEREAL INFANTIL, "MUCILON" MULTICEREAL, 400G OU SIMILIAR	CAIXA	60
11	MISTURA PARA MINGAU FEITA COMAMIDO, AÇÚCAR, MALTODEXTRINA, VITAMINAS (A, B1, B3, B6, B12, C E ÁCIDO FÓLICO), MINERIAIS (FERRO E ZINCO), AGENTE DE FIRMEZA FOSFATO TRICÁLCICO, AROMATIZANTE, "CREMOGEMA", 200 G, OU SIMILAR	CAIXA	60
12	LEITE UHT, LIQUIDO, ZERO LACTOSE, DESNATADO, 1 LITRO	CAIXA	20
13	VINAGRE DE ALCOOL, COMUM, 750 ML	CAIXA	30
14	TRIGO SEM FERMENTO, TIPO 1, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, 1KG	FARDO	40
15	FERMENTO QUIMICO, EM PÓ, 100G.	CAIXA	30
16	FERMENTO BIOLÓGICO SECO, INSTANTÂNEO, 10 G	CAIXA	30



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

Processo nº 738/2021

Fls.: _____

Rub.: _____

17	SAL REFINADO, IODADO, 1 KG	FARDO	30
18	FARINHA DE MANDIOCA, AMARELA, GRUPO: SECA, CLASSE: FINA, TIPO: 1, 1KG	FARDO	50
19	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA, GRUPO: SECA, CLASSE: FINA, TIPO: 1, 1KG	FARDO	50
20	FARINHA DE MILHO, TIPO: FLOÇÃO, 500G	FARDO	80
21	FECULA DE MANDIOCA (GOMA), TIPO:1, 1 KG	FARDO	60
22	MACARRÃO DE SÊMULA ESPAGUETE, 500G	FARDO	80
23	ÓLEO DE SOJA, 900 ML.	CAIXA	60
24	OVOS BRANCOS, MÉDIO, BANDEJA COM 30 UND	CARTELA	300
25	BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL,400 G.	CAIXA	80
26	BISCOITO SALGADO INTEGRAL,400 G	CAIXA	20
27	SARDINHA COM MOLHO DE TOMATE, 125 G	CAIXA	80
28	EXTRATO DE TOMATE COMUM, COPO COM 190 G	CAIXA	50
29	MOLHO PRONTO INDUSTRIALIZADODE TOMATE, TRADICIONAL, 340 G	CAIXA	50
30	LEITE CONDENSADO COMUM, 395 G	CAIXA	40
31	CREME DE LEITE INTEGRAL, COMUM, EMBALAGEM COM 200 G	CAIXA	80
32	CORANTE (COLORAL), COMUM, EMBALAGEM 40G	UND	300
33	TEMPERO COMPLETO INDUSTRIALIZADO, SEM PIMENTA, 300 G	CAIXA	40
34	CARNE BOVINA, TIPO: COSTELA, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	300
35	CARNE BOVINA, SEM OSSO, TIPO: CHÃ, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	200
36	CARNE BOVINA, TIPO: ALCATRA, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	200
37	CARNE BOVINA MOÍDA, SEM GORDURA, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	100
38	LINGUIÇA CALABRESA, SEM PIMENTA, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	80
39	MORTADELA TRADICIONAL, EMBALAGEM COM 3,5 KG, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE	KG	80



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

Processo nº 738/2021

Fls.: _____

Rub.: _____

	ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS		
40	SALSICHA DE FRANGO, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	80
41	PEIXE DA ÁGUA SALGADA, ESPÉCIE: <i>Cynoscionleiarchus</i> (PESCADA BRANCA), VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	200
42	FRANGO CONGELADO COMPLETO, CONTENDO FÍGADO, MOELA, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	480
43	FILÉ DE FRANGO CONGELADO, BANDEJA COM 1 KL, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	200
44	CORAÇÃO BOVINO CONGELADO, EMBALAGEM COM 1 KL, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	80
45	QUEIJO MUSSARELA, COMUM, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	80
46	PRESUNTO DE FRANGO, COMUM, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	80
47	BEBIDA LACTEA FEMENTADA (IORGUETE), BANDEJA DE 540G, COM SABORES DIVERSIFICADOS, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	UND	120
48	EMBALAGEM DE POUPA DE MARACUJÁ, DE 1 KG, DIVIDA EM PACOTES MENORES (SACHÊS), VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	80



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

Processo nº 738/2021

Fls.: _____

Rub.: _____

49	EMBALAGEM DE POUPA DE GOIABA, DE 1 KG, DIVIDA EM PACOTES MENORES (SACHÊS), VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	80
50	EMBALAGEM DE POUPA DE ACEROLA, DE 1 KG, DIVIDA EM PACOTES MENORES (SACHÊS), VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	80
51	BULBO DE ALHO COMUM, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	UNIDADE	80
52	MELÃO AMARELO COMUM, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG.	80
53	ABACATE COMUM, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	80
54	MAÇÃ VERMELHA COMUM, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	80
55	BANANA PRATA, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	DÚZIA	80
56	MELANCIA COMUM, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	80
57	LARANJA PERA, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	80
58	LIMÃO TAHITI, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	50
59	BATATA INGLESA COMUM, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	80



60	CENOURA COMUM, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	80
61	BETERRABA COMUM, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	80
62	REPOLHO VERDE COMUM, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	50
63	PEPINO COMUM, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	80
64	PIMENTÃO VERDE COMUM, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	50
65	TOMATE COMUM, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS	KG	80
66	PÃO DE FORMA TRADICIONAL, 400 G	PACOTE	200

3.2. Ressalta-se que mais evitar qualquer eventualidade negativa no que tange às condições de bom estado dos objetos requeridos, a fornecedora que vencerá esta solicitação deverá prezar por entregar os produtos de forma competente, a fim de prejuízos materiais e financeiros, tanto para a licitante, quanto para esta Administração Pública.

4. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. Os produtos requeridos deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, localizada na Av. do Carnaubal, s/nº, Carnaubal, nesta cidade, de forma parcelada.

4.2. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até **72 horas**, a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento pela CONTRATADA.

5. CONDIÇÕES E ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. A simples entrega do(s) produto(s) objeto(s) da autorização/solicitação não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade, logo serão recebidos:

a) **Provisoriamente**, a partir da entrega, para efeito da verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta;



b) **Definitivamente**, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 dias do recebimento provisório.

5.2. O(s) fornecedor (es) ficará (ão) obrigado(s) a substituir no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, após o recebimento de notificação expedida pela CONTRATANTE, independente da aplicação das penalidades cabíveis, sem quaisquer ônus para a Administração, o(s) produto(s) que venha(m) a ser recusado(s), podendo o(s) produto(s) substituído(s) ser(em) submetido(s) a exame técnico.

5.3. A(s) Nota(s) de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento deverá(ão) vir em anexo à(s) Nota(s) Fiscal (is) no ato da entrega do(s) produto(s) no Local de Entrega.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será feito pela CONTRATANTE a CONTRATADA por meio de emissão de ordem bancária, até o 30 (trinta) dias após apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo **Fiscal de Contrato**, acompanhada da respectiva **Ordem de Fornecimento** e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da **Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014**; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado**; Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município**; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do **Certificado de Regularidade do FGTS – CRF** e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, diretamente na conta que a CONTRATADA apresentar em sua proposta ou no momento da assinatura do contrato.

6.2. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

6.3. A Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à **CONTRATADA**, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas por ela.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;

7.2. Observar para que, durante a vigência do Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas;

7.3. Fiscalizar a execução do contrato, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;

7.4. As exigências da FISCALIZAÇÃO se basearão nas Especificações e nas Normas a obedecer. Deverá a CONTRATADA consultar a FISCALIZAÇÃO em caso de dúvidas, devendo ser mantido



um estreito entendimento entre as equipes de trabalho, tendo a FISCALIZAÇÃO amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do contrato.

7.5. A existência da FISCALIZAÇÃO não exime a responsabilidade integral, única e exclusiva da CONTRATADA para com os trabalhos adjudicados, nos termos do Código Civil Brasileiro.

7.6. Comunicar ao CONTRATADO quaisquer irregularidades consideradas de natureza grave, objetivando a imediata reparação;

7.7. Garantir condições adequadas para a execução do contrato;

7.8. Proporcionar acesso da CONTRATADA às informações e documentos necessários ao desenvolvimento dos serviços.

7.9. Efetuar o pagamento da contratada no prazo determinado no Termo de Referência e em seus anexos, inclusive, no contrato;

7.10. Notificar, por escrito à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Entregar os produtos, objeto da presente licitação, respeitando os prazos, as quantidades, características e especificações e demais condições ajustadas, devendo substituí-los no prazo de até **72 (setenta e duas) horas** caso forem entregues fora das especificações previstas na licitação e proposta de preço.

8.2. Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo contratante quando da entrega dos produtos.

8.3. Responsabilizar-se por toda e qualquer despesa, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes a execução do objeto do presente edital.

8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos e materiais que possam vir a ser causados a contratante ou a terceiros, quando da execução do contrato.

8.5. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.5. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

8.6. Executar fielmente o contrato, de acordo com as Cláusulas avençadas;

8.7. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da contratante, cujas obrigações é atender prontamente;

8.8. A Contratada obriga-se a disponibilizar Equipamentos, Alimentação, Transporte e todas as despesas que por ventura forem necessárias para o fornecimento do objeto, sem qualquer ônus adicional à Contratante.



8.9. A Contratada será responsável por eventuais prejuízos causados a pessoas ou bens públicos ou particulares, respondendo civil e criminalmente pelos danos causados a terceiros.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Promover, por meio do **FISCAL DE CONTRATO** designado pela **Secretaria Municipal de Assistência Social**, o acompanhamento da prestação dos serviços e a fiscalização do contrato, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

10. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

10.1. Atestado(s) e/ou Declaração(ões) de Capacidade Técnica, em nome da MATRIZ ou FILIAL da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante **forneceu ou fornece produtos compatíveis com o objeto desta licitação**. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do eminente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

10.1.1. O Pregoeiro poderá realizar diligências para comprovar a veracidade do(s) atestado(s) apresentado(s), podendo requisitar cópias dos respectivos contratos, notas fiscais ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

10.2. Declaração sob as penas da lei que realizará a entrega ou fornecimento obedecendo as normas Sanitárias, de Medicina e Segurança do Trabalho, e ainda, que assume, sob as penas da Lei, toda responsabilidade por eventuais prejuízos que causar a Contratante e/ou a terceiros, sem ônus para o Contratante.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará **impedido de licitar e contratar** com o **Município de Barreirinhas**, será descredenciado no **Cadastro de Fornecedores do Município**, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. Se a licitante vencedora, injustificadamente, recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou a assinar o instrumento contratual, a sessão poderá ser retomada e as demais licitantes chamadas na ordem crescente de preços para negociação, sujeitando-se o proponente desistente às seguintes penalidades:

- a) impedimento de licitar e contratar com a **Município de Barreirinhas**, pelo prazo de até **05 (cinco)** anos;
- b) multa de **20% (vinte por cento)** do valor global da proposta, devidamente atualizada.

11.3. O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos materiais sujeitará a Contratada à aplicação das seguintes multas de mora:



a) **0,33% (trinta e três centésimos por cento)** ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;

b) **0,66% (sessenta e seis centésimos por cento)** ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso, a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar **20% (vinte por cento)** do valor do contrato.

11.4. Além das multas aludidas no item anterior, a Contratante poderá aplicar as seguintes sanções à Contratada, garantida a prévia e ampla defesa, nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato:

a) advertência escrita;

b) multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do Contrato;

c) declaração de inidoneidade para participar de licitação e assinar contratos com a Administração Pública, pelo prazo previsto na alínea anterior ou até que o contratado cumpra as condições de reabilitação;

d) impedimento para participar de licitação e assinar contratos com o **Município de Barreirinhas** pelo prazo de até **05 (cinco) anos**.

11.5. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea “b”.

11.6. Caberá ao Fiscal do Contrato, propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

11.7. A Contratada estará sujeita à aplicação de sanções administrativas, dentre outras hipóteses legais, quando:

a) prestar os serviços ou entregar os materiais em desconformidade com o especificado e aceito;

b) não substituir, no prazo estipulado, o material recusado pela contratante;

c) descumprir os prazos e condições previstas nesta licitação.

11.8. As multas deverão ser recolhidas no prazo de **15 (quinze) dias consecutivos** contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela **Prefeitura Municipal de Barreirinhas/MA**.

11.9. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

Barreirinhas (MA), 11 de março de 2021.

Elaborado por:

Kátia de Fátima Jansen
Assessoria Técnica - SEMAS

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, **APROVO** o presente Termo de Referência e **AUTORIZO** a abertura/realização do procedimento licitatório com fulcro no art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Célia Maria Brandão Salazar Soares
Secretária Municipal de Assistência Social



PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021-CCL/PMB

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 738/2021

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A

Pregoeiro(a) da Prefeitura Municipal de Barreirinhas - MA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 015/2021 – CCL/PMB

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 738/2021

OBJETO: Aquisição de alimentos perecíveis e não perecíveis.

Prezado(a) Senhor(a)

A empresa (____razão social do licitante____) com endereço na _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ vem, pelo seu representante legal infra-assinado, portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF Nº _____, vem apresentar proposta comercial relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma.

Propomos o Valor Total de **R\$ XX,XX (XXXXXXXXXXXXXX)**, para o fornecimento/prestação dos serviços do objeto desta licitação, conforme demonstrativo abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	ARROZ BRANCO, TIPO 1, GRUPO: BENEFICIADO, SUBGRUPO: POLIDO, 1 KL Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	FARDO	60	R\$ 59,50	R\$ 3.570,00
2	ARROZ INTEGRAL, LONGO FINO - TIPO 1, GRUPO: BENEFICIADO, 1 KL. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	FARDO	60	R\$ 129,00	R\$ 7.740,00
3	FEIJÃO BRANCO, GRUPO 1, TIPO 1, 1 KG. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	FARDO	30	R\$ 208,50	R\$ 6.255,00
4	FEIJÃO PRETO COMUM, TIPO 1, GRUPO 1, 1KG.	FARDO	30	R\$ 290,70	R\$ 8.721,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

Processo nº 738/2021

Fls.: _____

Rub.: _____

	Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:					
5	ÂÇUCAR CRISTAL, TIPO BRANCO, 1KG. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	FARDO	50	R\$ 82,50	R\$ 4.125,00	
6	ADOCANTE SUCRALOSE LIQUIDO, 100 ML. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	CAIXA	40	R\$ 53,40	R\$ 2.136,00	
7	LEITE EM PÓ INTEGRAL, 400 G. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	FARDO	80	R\$ 259,50	R\$ 20.760,00	
8	LEITE LIQUIDO, LONGA VIDA, INTEGRAL, 1 L. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	CAIXA	80	R\$ 53,88	R\$ 4.310,40	
9	LEITE EM PÓ "NINHO", INTEGRAL, 400 G OU SIMILAR	CAIXA	60	R\$ 335,76	R\$ 20.145,60	
10	CEREAL INFANTIL, "MUCILON" MULTICEREAL, 400G OU SIMILIAR. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	CAIXA	60	R\$ 140,22	R\$ 8.413,20	
11	MISTURA PARA MINGAU FEITA COMAMIDO, AÇÚCAR, MALTODEXTRINA, VITAMINAS (A, B1, B3, B6, B12, C E ÁCIDO FÓLICO), MINERIAIS (FERRO E ZINCO), AGENTE DE FIRMEZA FOSFATO TRICÁLCICO, AROMATIZANTE, "CREMOGEMA", 200 G, OU SIMILAR. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	CAIXA	60	R\$ 83,76	R\$ 5.025,60	
12	LEITE UHT, LIQUIDO, ZERO LACTOSE, DESNATADO, 1 LITRO. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021.	CAIXA	20	R\$ 59,88	R\$ 1.197,60	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

Processo nº 738/2021

Fls.: _____

Rub.: _____

	Marca: Fabricante:					
13	VINAGRE DE ALCOOL, COMUM, 750 ML. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	CAIXA	30	R\$ 29,40	R\$ 882,00	
14	TRIGO SEM FERMENTO, TIPO 1, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, 1KG. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	FARDO	40	R\$ 42,50	R\$ 1.700,00	
15	FERMENTO QUIMICO, EM PÓ, 100G. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	CAIXA	30	R\$ 36,00	R\$ 1.080,00	
16	FERMENTO BIOLÓGICO SECO, INSTANTÂNEO, 10 G Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	CAIXA	30	R\$ 52,80	R\$ 1.584,00	
17	SAL REFINADO, IODADO, 1 KG Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	FARDO	30	R\$ 20,70	R\$ 621,00	
18	FARINHA DE MANDIOCA, AMARELA, GRUPO: SECA, CLASSE: FINA, TIPO: 1, 1KG Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	FARDO	50	R\$ 156,00	R\$ 7.800,00	
19	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA, GRUPO: SECA, CLASSE: FINA, TIPO: 1, 1KG Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	FARDO	50	R\$ 154,50	R\$ 7.725,00	
20	FARINHA DE MILHO, TIPO: FLOÇÃO, 500G Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	FARDO	80	R\$ 49,50	R\$ 3.960,00	

Avenida Joaquim Soeiro de Carvalho, S/N, bairro Centro, Barreirinhas-MA, Cep. nº 65.590-000.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

Processo nº 738/2021

Fls.: _____

Rub.: _____

21	FECULA DE MANDIOCA (GOMA), TIPO:1, 1 KG Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	FARDO	60	R\$ 84,00	R\$ 5.040,00
22	MACARRÃO DE SÊMULA ESPAGUETE, 500G Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	FARDO	80	R\$ 26,50	R\$ 2.120,00
23	ÓLEO DE SOJA, 900 ML. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	CAIXA	60	R\$ 139,80	R\$ 8.388,00
24	OVOS BRANCOS, MÉDIO, BANDEJA COM 30 UND Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	CARTELA	300	R\$ 14,70	R\$ 4.410,00
25	BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL,400 G. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	CAIXA	80	R\$ 83,80	R\$ 6.704,00
26	BISCOITO SALGADO INTEGRAL,400 G. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	CAIXA	20	R\$ 92,00	R\$ 1.840,00
27	SARDINHA COM MOLHO DE TOMATE, 125 G. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	CAIXA	80	R\$ 231,66	R\$ 18.532,80
28	EXTRATO DE TOMATE COMUM, COPO COM 190 G. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	CAIXA	50	R\$ 51,60	R\$ 2.580,00
29	MOLHO PRONTO INDUSTRIALIZADODE TOMATE, TRADICIONAL, 340 G.	CAIXA	50	R\$ 47,76	R\$ 2.388,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

Processo nº 738/2021

Fls.: _____

Rub.: _____

	Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:					
30	LEITE CONDENSADO COMUM, 395 G. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	CAIXA	40	R\$ 123,93	R\$ 4.957,20	
31	CREME DE LEITE INTEGRAL, COMUM, EMBALAGEM COM 200 G. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	CAIXA	80	R\$ 80,73	R\$ 6.458,40	
32	CORANTE (COLORAL), COMUM, EMBALAGEM 40G. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	UND	300	R\$ 7,50	R\$ 2.250,00	
33	TEMPERO COMPLETO INDUSTRIALIZADO, SEM PIMENTA, 300 G. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	CAIXA	40	R\$ 46,80	R\$ 1.872,00	
34	CARNE BOVINA, TIPO: COSTELA, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	KG	300	R\$ 24,00	R\$ 7.200,00	
35	CARNE BOVINA, SEM OSSO, TIPO: CHÃ, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	KG	200	R\$ 32,99	R\$ 6.598,00	
36	CARNE BOVINA, TIPO: ALCATRA, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS	KG	200	R\$ 38,90	R\$ 7.780,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

Processo nº 738/2021

Fls.: _____

Rub.: _____

	<p>NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS.</p> <p>Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021.</p> <p>Marca: Fabricante:</p>					
37	<p>CARNE BOVINA MOÍDA, SEM GORDURA, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS.</p> <p>Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021.</p> <p>Marca: Fabricante:</p>	KG	100	R\$ 26,50	R\$ 2.650,00	
38	<p>LINGUIÇA CALABRESA, SEM PIMENTA, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS.</p> <p>Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021.</p> <p>Marca: Fabricante:</p>	KG	80	R\$ 18,60	R\$ 1.488,00	
39	<p>MORTADELA TRADICIONAL, EMBALAGEM COM 3,5 KG, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS.</p> <p>Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021.</p> <p>Marca: Fabricante:</p>	KG	80	R\$ 8,00	R\$ 640,00	
40	<p>SALSICHA DE FRANGO, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS.</p> <p>Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021.</p> <p>Marca: Fabricante:</p>	KG	80	R\$ 11,00	R\$ 880,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

Processo nº 738/2021

Fls.: _____

Rub.: _____

41	PEIXE DA ÁGUA SALGADA, ESPÉCIE: <i>Cynoscionleiarchus</i> (PESCADA BRANCA), VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	KG	200	R\$	6,99	R\$	1.398,00
42	FRANGO CONGELADO COMPLETO, CONTENDO FÍGADO, MOELA, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	KG	480	R\$	7,39	R\$	3.547,20
43	FILE DE FRANGO CONGELADO, BANDEJA COM 1 KL, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	KG	200	R\$	14,00	R\$	2.800,00
44	CORAÇÃO BOVINO CONGELADO, EMBALAGEM COM 1 KL, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	KG	80	R\$	13,00	R\$	1.040,00
45	QUEIJO MUSSARELA, COMUM, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	KG	80	R\$	24,00	R\$	1.920,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

Processo nº 738/2021

Fls.: _____

Rub.: _____

46	PRESUNTO DE FRANGO, COMUM, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	KG	80	R\$ 20,00	R\$ 1.600,00
47	BEBIDA LACTEA FEMENTADA (IORGUETE), BANDEJA DE 540G, COM SABORES DIVERSIFICADOS, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	UND	120	R\$ 5,00	R\$ 600,00
48	EMBALAGEM DE POUPA DE MARACUJÁ, DE 1 KG, DIVIDA EM PACOTES MENORES (SACHÊS), VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	KG	80	R\$ 16,00	R\$ 1.280,00
49	EMBALAGEM DE POUPA DE GOIABA, DE 1 KG, DIVIDA EM PACOTES MENORES (SACHÊS), VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	KG	80	R\$ 10,00	R\$ 800,00
50	EMBALAGEM DE POUPA DE ACEROLA, DE 1 KG, DIVIDA EM PACOTES MENORES (SACHÊS), VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	KG	80	R\$ 10,00	R\$ 800,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

Processo nº 738/2021

Fls.: _____

Rub.: _____

51	BULBO DE ALHO COMUM, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	UNIDADE	80	R\$ 1,50	R\$ 120,00
52	MELÃO AMARELO COMUM, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	KG.	80	R\$ 3,10	R\$ 248,00
53	ABACATE COMUM, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	KG	80	R\$ 5,00	R\$ 400,00
54	MAÇÃ VERMELHA COMUM, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	KG	80	R\$ 6,00	R\$ 480,00
55	BANANA PRATA, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	DÚZIA	80	R\$ 6,00	R\$ 480,00
56	MELANCIA COMUM, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021.	KG	80	R\$ 1,50	R\$ 120,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

Processo nº 738/2021

Fls.: _____

Rub.: _____

	Marca: Fabricante:					
	LARANJA PERA, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	KG	80	R\$ 2,50	R\$ 200,00	
57	LIMÃO TAHITI, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	KG	50	R\$ 3,00	R\$ 150,00	
58	BATATA INGLESA COMUM, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	KG	80	R\$ 5,00	R\$ 400,00	
59	CENOURA COMUM, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	KG	80	R\$ 4,00	R\$ 320,00	
60	BETERRABA COMUM, VENDIDA OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	KG	80	R\$ 5,00	R\$ 400,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

Processo nº 738/2021

Fls.: _____

Rub.: _____

61	REPOLHO VERDE COMUM, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	KG	50	R\$	3,50	R\$	175,00
62	PEPINO COMUM, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	KG	80	R\$	2,99	R\$	239,20
63	PIMENTÃO VERDE COMUM, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	KG	50	R\$	4,50	R\$	225,00
64	TOMATE COMUM, VENDIDO OBEDECENDO TODAS AS NORMAS DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, VIGENTES NAS LEIS SANITÁRIAS DO PAÍS. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	KG	80	R\$	3,49	R\$	279,20
65	PÃO DE FORMA TRADICIONAL, 400 G. Exclusivo para MEI / ME / EPP, conforme art. 6º da Decreto Municipal nº 21/2021. Marca: Fabricante:	PACOTE	200	R\$	4,45	R\$	890,00

Nome completo do responsável pela assinatura do Contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;

Dados Bancários da Empresa: Banco XXXXXXXX, Agência nº XXXXX e Conta Corrente nº XX.XXX-XX.

Contatos: telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail);

Avenida Joaquim Soeiro de Carvalho, S/N, bairro Centro, Barreirinhas-MA, Cep. nº 65.590-000.



Prazo de validade da proposta: não inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data da abertura do certame;

Local de Entrega: Os produtos requeridos deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, localizada na Av. do Carnaubal, s/nº, Carnaubal, nesta cidade, de forma parcelada.

Prazo de Entrega: Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até **72 horas**, a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento pela CONTRATADA.

Nos preços ofertados deverão já estar considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação.

Local e data.

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura
e a devida identificação e qualificação)

Obs.: Modelo de proposta a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel timbrado da empresa licitante.



PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021-CCL/PMB

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 738/2021

ANEXO III

CARTA CREDENCIAL

A
Pregoeira da Prefeitura de Barreirinhas/MA

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021 – CCL/PMB

A empresa (**--razão social do licitante--**) com endereço na _____ inscrita no CNPJ/MF sob nº _____ pelo seu representante legal infra-assinado, vem credenciar o(a) Sr.(a) _____ portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____ para, na qualidade de representante legal da empresa _____ participar da licitação instaurada pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS/MA** na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021-CCL/PMB**, cujo objeto trata da -----**OBJETO**-----, outorgando-lhe poderes para em nome da Empresa _____ ofertar lances, assinar documentos, requerer, concordar, interpor e desistir de Recursos, enfim praticar todos os demais atos inerentes ao certame licitatório.

Local e data

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura
e a devida identificação e qualificação)

Obs.: Este documento deverá ser confeccionado e apresentado em papel impresso pela empresa licitante, em atendimento ao Edital.



PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021-CCL/PMB

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 738/2021

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A
Pregoeira da Prefeitura de Barreirinhas/MA

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021 – CCL/PMB

A empresa _____ estabelecida na cidade de _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, pelo seu representante legal infra-assinado, em cumprimento ao disposto no artigo 4º inciso VII da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, DECLARA sob as penalidades da Lei que em conformidade com o Edital, cumpre plenamente os requisitos para Habilitação no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021-CCL/PMB**, estando, portanto, apto a participar do certame licitatório.

Local e data

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura
e a devida identificação e qualificação)

Obs.: Modelo de Declaração a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel timbrado da empresa licitante.



PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021-CCL/PMB

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 738/2021

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

A

Pregoeira da Prefeitura de Barreirinhas/MA

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021 – CCL/PMB

A empresa (____ razão social do licitante____) com endereço na _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ vem, pelo seu representante legal infra-assinado, _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF Nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que não emprega menores com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer empregado menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: Caso empregue menor na condição de “menor aprendiz” preencher a ressalva abaixo:

RESSALVA: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.	
--	--

Local e data

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura e a devida identificação e qualificação)

Obs.: Modelo de Declaração a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel timbrado da empresa licitante.



PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021-CCL/PMB

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 738/2021

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO.

A
Pregoeira da Prefeitura de Barreirinhas/MA

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021 – CCL/PMB

A empresa _____, signatária, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada na _____ (endereço completo), por seu representante legal, declara, sob as penas da Lei, nos termos do artigo 32, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que até a presente data nenhum fato ocorreu que a inabilite a participar desta licitação e que contra ela não existe nenhum pedido de falência ou concordata.

Local e data

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura e a devida identificação e qualificação)

Obs.: Modelo de Declaração a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel timbrado da empresa licitante.



PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021-CCL/PMB

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 738/2021

ANEXO VII

DECLARAÇÃO CONSOLIDADA

A

Pregoeira da Prefeitura de Barreirinhas/MA

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021 – CCL/PMB

A empresa (**razão social do licitante**) com endereço na XXXXXXXXXXXX inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX vem, pelo seu representante legal infra-assinado, XXXXXXXXXXXXX, portador(a) da cédula de identidade nº XXXXXXXXXXXX e do CPF Nº XXXXXXXXXXXX:

➤ DECLARA que o **REGIME TRIBUTÁRIO** da licitante é:

- Simples Nacional;
- Lucro Real;
- Lucro Presumido;
- Outro: _____.

➤ DECLARA que a licitante (**razão social do licitante**) possui como Sócio(s) Majoritário(s) o(s) Sr(s). XXXXXXXXXXXXX, inscrito sob o CPF nº XXX.XXX.XXX-XX.

➤ DECLARO, sob as penalidades da lei, que a empresa está localizada e em pleno funcionamento no endereço abaixo, sendo o local adequado e compatível para o cumprimento do objeto.

Informo ainda que a empresa dispõe de escritório dotado de instalações, recursos humanos e mobiliários pertinentes as suas atividades.

Endereço:

Cidade/Estado:

Cep.:

Ponto de referência:

Telefone:

E-mail:

Declaramos, ainda, estar ciente das SANÇÕES que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

Local e data.

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura e a devida identificação e qualificação).

Obs.: Modelo de Declaração a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel timbrado da empresa licitante.



PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021-CCL/PMB

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 738/2021

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA.

A

Pregoeira da Prefeitura de Barreirinhas/MA

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021 – CCL/PMB

A empresa (**razão social do licitante**) com endereço na XXXXXXXXXXXX inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX vem, pelo seu representante legal infra-assinado, XXXXXXXXXXXXXXX, portador(a) da cédula de identidade nº XXXXXXXXXXXX e do CPF Nº XXXXXXXXXXXX, DECLARA que a empresa está ENQUADRADA na condição a seguir para fins de usufruto dos benefícios previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e que não ultrapassou os limites de faturamento previsto no art. 3º da referida lei.

- Microempreendedor Individual - MEI;
- Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 14 da Lei Estadual nº 10.403/2015;
- Cooperativa (COOP), somente as de consumo, em conformidade com o art. 3º, § 4º, inciso VI da Lei Complementar nº 123/2006;
- Normal.

Local e data.

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura e a devida identificação e qualificação).

Obs.: Modelo de Declaração a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel timbrado da empresa licitante.



PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021-CCL/PMB

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 738/2021

ANEXO IX

MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO Nº XXX/2021/CCL/PMB
PROCESSO Nº 738/2021**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO
QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICIPIO DE BARREIRINHAS/MA E
A EMPRESA XXXXXXXXXXXX, NA
FORMA ABAIXO:**

O **MUNICIPIO DE BARREIRINHAS**, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o nº **06.217.954/0001-37**, com sede na Avenida Joaquim Soeiro de Carvalho, S/N, bairro Centro, Barreirinhas-MA, Cep. nº 65.590-000, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS**, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) Secretário(a) Municipal, **Célia Maria Brandão Salazar Soares**, portadora do RG nº XXXXXXXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXXXXXX e a empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no C.N.P.J sob o nº XXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante legal, XXXXXXXXXXXXX, R.G. nº XXXXXXXXXXX, C.P.F. nº XXXXXXXXXXXXX, têm, entre si, ajustado o presente CONTRATO, decorrente do **Pregão Presencial nº 015/2021 – CCL/PMB**, formalizado nos autos do **Processo Administrativo nº 738/2021**, submetendo-se às cláusulas e condições abaixo e aos preceitos instituídos pela **Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002**, do **Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000**, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 023/2021**, do **Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015**, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 021/2021**, da **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006** e suas alterações, aplicando subsidiariamente a **Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993** e suas alterações e de outras normas aplicáveis ao objeto deste contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a **Aquisição de alimentos perecíveis e não perecíveis**, conforme as especificações, quantidades e condições contidas neste Contrato, Termo de Referência e Proposta Vencedora.

1.2. O valor global deste Contrato é de **R\$ xx,xx (xxxxxxxxxx)**, conforme demonstrativo a seguir:

Item	Especificações	Unid.	Qtd.	Valor Unit.	Total
1	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				
2	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				

1.2.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas,



previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.3. **Local de Entrega:** Os produtos requeridos deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, localizada na Av. do Carnaubal, s/nº, Carnaubal, nesta cidade, de forma parcelada.

1.4. **Prazo de Entrega:** Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até **72 horas**, a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1. Vinculam-se ao presente CONTRATO, independentemente de transcrição, o Edital do **Pregão Presencial nº 015/2021 – CCL/PMB**, a Proposta de Preços da CONTRATADA e a respectiva Nota de Empenho nº **XXXXXXX**.

2.2. Fazem parte integrante deste contrato os seguintes documentos:

- a) O Edital do **Pregão Presencial nº 015/2021 – CCL/PMB** e seus anexos;
- b) A Proposta de Preços Readequada da Contratada;
- c) O Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O prazo de vigência do presente Contrato será de **12 (doze) meses, a partir de sua assinatura**, com eficácia a partir de sua publicação no Diário Oficial, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até **31 de dezembro**, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme orientação normativa AGU 39, de 13 de dezembro de 2011.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, nas classificações abaixo:

Órgão: Poder Executivo

Unidade: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Dotação: 08.243.0012.2108.0000 3.3.90.30.00 Material De Consumo

Órgão: Poder Executivo

Unidade: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Dotação: :04.243.0012.2101.0000 3.3.90.30.00 Material De Consumo

Órgão: Poder Executivo

Unidade: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Dotação: : :08.244.0012.2113.0000 3.3.90.30.00 Material De Consumo

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. As condições de pagamento são aquelas previstas no ITEM 6 do Termo de Referência;



5.2. O pagamento dar-se-á diretamente na conta corrente da **Contratada**, junto ao **Banco XXX**, Agência nº XXXX; e Conta Corrente nº XXXXX.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO

7.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida na forma da lei.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 9.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 9.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 9.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 9.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 9.1.5. cometer fraude fiscal;
- 9.1.6. não mantiver a proposta.

9.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 9.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

9.3. multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até a data do efetivo inadimplemento, observando o limite de 30 (trinta) dias;

- 9.3.1. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;



9.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

9.3.4. impedimento de licitar e contratar com o Município de BARREIRINHAS/MA com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura pelo prazo de até cinco anos;

9.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

9.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

9.4.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.4.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.4.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

9.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Prefeitura e SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

10.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.



10.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- 10.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 10.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 10.5.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES

11.1. É vedado à CONTRATADA:

- 11.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 11.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
- 11.1.3. Subcontratar o objeto no todo ou em partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS.

11.2. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas gerais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

13.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela CONTRATANTE, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pelo setor competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Barreirinhas/MA.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Barreirinhas (MA), XXXX de XXXXXX de 2021.

Célia Maria Brandão Salazar Soares
Secretária Municipal de Assistência Social
CONTRATANTE

XXXXXXXXXX
Representante Legal da Empresa
CONTRATADA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL**

Processo nº 738/2021

Fls.: _____

Rub.: _____

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

Nome: _____

CPF: _____

CPF: _____